

Falta de orçamento para Governo

BRASÍLIA — A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e o Banco Central experimentaram ontem a circunstância inédita de operarem, no primeiro dia útil do ano, sem uma lei orçamentária em vigor. O atraso na aprovação do Orçamento Geral da União para este ano obrigou a Secretaria do Tesouro a paralisar todas as ordens de pagamento emitidas por conta da União durante o dia de ontem. O Banco Central, por sua vez, não dispunha da programação monetária para 89, que só poderá ser aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) depois de definido o Orçamento da União válido para o ano.

A suspensão das ordens bancárias por conta do Tesouro, que alcançam a média diária de oito a nove mil, afetou diretamente as operações da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), que não pode autorizar a aquisição de produtos garantidos pela política de preços mínimos, como trigo e milho. De nada adiantaram os esforços dos dirigentes da CFP, em insistentes telefonemas, para que a STN normalizasse suas operações. A ordem cumprida rigorosamente pela Secretaria do Tesouro foi a de não operar qualquer pagamento referente ao orçamento de 89, limitando as autorizações a despesas relativas ao orçamento do ano passado.

O Banco Central, que administra a emissão de moeda, optou por operar ontem de acordo com a previsão informal de expansão da base monetária (emissão primária de moeda) de 560% neste ano. Trata-se de uma me-

ta que não foi referendada pelo Conselho Monetário Nacional, que só poderá fazê-lo depois que forem conhecidos os números finais do Orçamento Geral da União para este ano e o nível de financiamento que será exigido em sua execução.

Os técnicos do Banco Central e da Secretaria do Tesouro temem que a manutenção dessa situação por muito mais tempo, crie transtornos ainda maiores para a área econômica. O Tesouro está se limitando a emitir títulos públicos para a rolagem da dívida interna, apesar de o Orçamento da União prever uma colocação líquida de papéis da ordem de 25% em relação ao total de despesas previstas para os doze meses de 89.

● BANERJ — O Governador Moreira Franco iniciou o ano conversando com o Presidente do Banco Central, Elmo Araújo Camões procurando acertar detalhes para que o Banco do Estado do Rio de Janeiro, o Banerj, volte a ser controlado integralmente pelo Estado. O Presidente do BC prometeu ajudar Moreira Franco a conseguir o seu objetivo, afirmando que todo esforço será feito para que o Banerj esteja com sua situação regularizada até fevereiro.

O contato entre os dois foi por telefone e Moreira Franco ficou sabendo que no momento o BC procura aplicar as alterações feitas na resolução 1469 de 31 de dezembro de 1987 e que foi prorrogada até 31 de dezembro de 1989, na última reunião do Conselho Monetário Nacional, com algumas alterações. São essas alterações que estão sendo analisadas e que serão aplicadas no caso do Banerj, por isso há alguma demora na transferência do Banerj para o Estado do Rio de Janeiro, seu controlador.

A resolução 1469 trata do congelamento dos limites de endividamento dos Estados, Municípios e empresas estatais.